

FILOSOFIA

1ª AULA

DIREITOS HUMANOS E SOCIAIS

A primeira redação da Declaração de Direitos conta com 17 artigos, alguns destes, mencionados a seguir.

- Art. 1º – Os homens nascem e são livres e iguais em direitos. As distinções sociais só podem fundamentar-se na utilidade comum.
- Art. 2º – A finalidade de toda associação política é a conservação dos direitos naturais e imprescritíveis do homem. Esses direitos são a liberdade, a propriedade, a segurança e a resistência à opressão.
- Art. 4º – A liberdade consiste em poder fazer tudo que não prejudique o próximo: assim, o exercício dos direitos naturais de cada homem não tem por limites senão aqueles que asseguram aos outros membros da sociedade o gozo dos mesmos direitos. Esses limites apenas podem ser determinados pela Lei.
- Art. 7º – Ninguém pode ser acusado, preso ou detido senão nos casos determinados pela Lei e de acordo com as formas por ela prescritas. Os que solicitam, expedem, executam ou mandam executar ordens arbitrárias devem ser punidos; mas qualquer cidadão convocado ou detido em virtude da Lei deve obedecer imediatamente, caso contrário, torna-se culpado de resistência.
- Art. 10º – Ninguém pode ser molestado por suas opiniões, incluindo as opiniões religiosas, desde que sua manifestação não perturbe a ordem pública estabelecida pela Lei.
- Art. 11º – A livre comunicação das ideias e das opiniões é um dos mais preciosos direitos do homem; todo cidadão pode, portanto, falar, escrever, imprimir livremente, respondendo, todavia, pelos abusos desta liberdade, nos termos previstos na Lei.

Esse documento inspirou-se nas ideias do movimento iluminista, principalmente no que defendiam os enciclopedistas franceses Jean-Jacques Rousseau, Denis Diderot e Voltaire, na segunda metade do século XVIII. Os iluministas eram um grupo de intelectuais que defendiam a liberdade de expressão, o intercâmbio cultural, o uso livre e a "iluminação" da razão (contrapondo-se à repressão do pensamento medieval, que "escurcia" o pensamento). O movimento foi difundido rapidamente em outros locais como Inglaterra, Escócia, Estados Unidos e Alemanha.

A proposta de tornar o Direito universal vem do Iluminismo. Os filósofos das luzes eram jusnaturalistas, isto é, defendiam teorias sobre o direito que todo homem, universalmente, tem por natureza. Inspirados, então, pelo Iluminismo, os franceses revolucionários elaboraram a Declaração e, com isso, pretendiam que sua validade se estendesse para todos, em qualquer lugar do mundo, e em qualquer época. Dessa forma, estaria garantido que qualquer ser humano, desde o nascimento, tivesse os direitos individuais inalienáveis e intransferíveis, ou seja, ninguém poderia abrir mão dele, nem transferi-lo a outro.

Por outro lado, há várias críticas, até hoje, aos Direitos Humanos. Para que serve um direito se alguém não pode usufruí-lo? Por exemplo, para que serve o direito à propriedade privada para os pobres que não têm acesso a ela? Para que serve a liberdade de ir e vir para alguém que só tem condições de ir da sua casa até o trabalho e não tem dinheiro para ter férias e viajar para outro país? A crítica, portanto, resume-se a ressaltar o caráter burguês dos Direitos Humanos.

Hannah Arendt (1906-1975), filósofa alemã, afirmava que os Direitos Humanos pressupõem uma concepção de homem abstrato que termina, na prática, excluindo muitos grupos minoritários. Assim, por exemplo, uma comunidade com uma etnia diferente daquela que predomina em certo país pode ser explorada e ter sua condição humana arrasada, já que os pequenos grupos ficariam sem capacidade de ação política, e os Direitos Humanos não teriam o alcance que deveriam ter. Gerando exclusão social, os Direitos Humanos, segundo a filósofa, correm o risco de serem, na prática, individuais.

No livro *As origens do totalitarismo*, Arendt propõe que o direito fundamental dos indivíduos, antes de qualquer direito enumerado nas Declarações (seja a versão francesa, sejam as versões da ONU), é o direito a ter direitos, isto é, o direito de cada ser humano pertencer a uma comunidade que lhe garanta direitos. Os direitos deveriam, portanto, ser sociais, e não individuais.

QUESTÕES

- 1- Quando começaram os direitos humanos?
- 2- Quais os direitos previstos na Declaração Universal dos Direitos Humanos?
- 3- Por que os direitos humanos são fundamentais para a cidadania?
- 4- Qual a garantia dos Direitos Humanos?
- 5- Explique o direito universal que o iluminismo defende?
- 6- Explique os artigos 1º e 2º da Declaração dos direitos humanos.

FILOSOFIA

- **2º AULA**

Atividades complementares do texto: Direitos humanos e sociais

1- Apresente uma definição de direitos humanos.

2- Qual a importância das regras em uma sociedade?

3- Numa sociedade livre, as discordâncias são importante? Por quê?

4- Se todas as pessoas são iguais por natureza, por que há tanta desigualdade entre os homens?

5- Explique o pensamento de Hannah Arendt (1906-1975) dizia que os direitos humanos pressupõe uma concepção de homem abstrato que termina, na prática, excluindo muitos grupos minoritários. Justifique sua resposta.

FILOSOFIA

- 3ª AULA

CULTURA E SOCIEDADE

Desde a Antiguidade Clássica, os filósofos já se perguntavam sobre o que é a sociedade, se ela é natural ou artificial, se a vida organizada coletivamente é necessária e universal, ou se é uma invenção humana, assim como a cultura.

Os sofistas entendiam que a organização social da pólis era uma convenção criada pelas pessoas, porque era mais útil viverem juntos do que isolados. Para tanto, as pessoas inventaram suas leis de convivência cujo objetivo era garantir a justiça. No entanto, se a pólis era uma convenção social, então ela poderia ser diferente, ter outra estrutura e até outra finalidade.

Platão observou uma estrutura natural na sociedade, espelhada no espírito humano. Assim, a alma humana seria dividida em três partes: a parte que deseja, buscando a satisfação das necessidades e dos prazeres do corpo; a parte colérica, que protege o corpo; e a parte racional, que busca o conhecimento. Do mesmo modo, a sociedade ou a pólis também estaria dividida em três partes correspondentes: a parte econômica, que garantia a sobrevivência material da sociedade; a parte militar, que protegia a cidade; e a parte dos magistrados, que visava elaborar boas leis para governar a cidade.

Aristóteles defendia a tese de que o ser humano é um animal político, isto é, naturalmente inclinado à vida social, a viver na pólis, pois ele realiza sua natureza ao viver em sociedade. Nesse sentido, natureza e cultura desenvolvem-se juntas, na visão de Aristóteles, assim como para Platão.

Já o filósofo inglês Thomas Hobbes (1608-1679) considerava que o ser humano, naturalmente, não consegue criar uma vida social saudável. O estado da natureza humana é de constante conflito, inimizade e guerra. Isso porque a natureza do ser humano, para Hobbes, é egoísta, "o homem é o lobo do homem", ou seja, é da natureza humana estar sempre pronto para atacar e defender-se. No entanto, para Hobbes, a vida em sociedade é possível devido a um pacto que os seres humanos precisam estabelecer.

Na Filosofia contemporânea, Karl Marx elaborou a ideia do ser humano como um ser social, retomando, de outro modo, a proposta da união entre natureza e sociedade. O ser humano seria parte do mundo natural, pois a sua reprodução e a produção dos seus meios de vida material (procriação e trabalho) são relações, ao mesmo tempo, naturais e sociais.

Insociável sociabilidade

Como se forma, a partir da sociedade, a cultura? Segundo Kant, a sociedade era, no início, uma espécie de universo desordenado. Cada parte desse universo, suas unidades, estavam em permanente conflito porque cada uma tinha a sua visão do todo, e as leis sociais não coincidiam com as leis naturais. Esses conflitos são antagonismos e significam, para Kant, a insociável sociabilidade dos seres humanos, que têm uma inclinação para viver em sociedade, mas, ao mesmo tempo, uma resistência a viverem juntos harmoniosamente.

A inclinação para a vida social existe porque é vivendo junto com seus semelhantes que o ser humano sente suas disposições naturais, sua condição humana. Porém, ele sente, simultaneamente, uma inclinação a individualizar-se, pois percebe dentro de si um desejo de governar sozinho, de querer decidir tudo apenas segundo seu ponto de vista. Como esse sentimento de ficar ilhado é comum a todos os seres humanos, a resistência à vida coletiva aparece em todos os cantos e desperta o desejo de dominar, a cobiça, a ambição, mas também se desenvolvem os talentos, o valor social e a cultura.

Agradecemos, pois, à Natureza pela incompatibilidade, a invejosa vanglória da rivalidade, pelo insaciável desejo de posse ou poder! Sem isso, todas as excelentes disposições da humanidade estariam eternamente dormentes e carentes de desenvolvimento. O homem quer concórdia; mas a Natureza que sabe melhor o que é bom para a espécie, quer discórdia. O homem quer viver cômodo e satisfeito; mas a Natureza quer que saia de sua inerte e inativa satisfação para que se entregue ao trabalho e aos penosos esforços por encontrar os meios, como separação, de livrar-se sagazmente de tal condição. Os impulsos naturais encaminhados a esse fim, as fontes da insociabilidade e da constante resistência, das que brotam tantos males, mas também novas tensões de forças, provocando um desenvolvimento mais amplo das disposições naturais, revelam a ordem de um sábio Criador, e não a mão de algum espírito maligno que tivesse intervindo perversamente em sua obra, ou que a tivesse jogado a perder por inveja.

KANT, Immanuel. Ideias de uma história universal do ponto de vista cosmopolita. Quarto Princípio. In: Filosofia de la Historia. Buenos Aires: Terramar, 2005.

Portanto, segundo Kant, é o antagonismo da insociável sociabilidade que leva o ser humano a superar uma tendência à preguiça e a caminhar na direção da produção de sua cultura. A divisão entre o reino da natureza, em que tudo é necessidade, causalidade e universalidade, e, por outro lado, o reino da moral, em que as ações humanas governam segundo a própria vontade, liberdade e finalidade racional, inaugura, na história da Filosofia, a separação entre natureza e cultura.

Cultura

Toda sociedade produz cultura. É consenso entre os estudiosos o fato de que a cultura reflete os costumes, a língua, o modo de pensar, os valores, as crenças, as técnicas, os pensamentos científicos, as expressões artísticas, os padrões de comportamento etc. de uma sociedade. Refere-se, em geral, àquela parte da vida que é feita pelo ser humano, deixando de lado o que é exclusivamente da natureza.

Desse modo, compreender a cultura de uma sociedade e estabelecer relações de proximidade e de contraste com outras culturas pode revelar muito sobre os seres humanos e seu tempo. No entanto, cada um já nasce em determinada cultura e, provavelmente, para julgar a cultura do outro, deverá usar os critérios da sua própria cultura. Para refletir sobre esse assunto, o filósofo Michel de Montaigne (1533-1592) escreveu um ensaio, no período das primeiras viagens de colonização dos portugueses ao Brasil, mostrando tanto o ponto de vista dos europeus sobre certos aspectos da cultura dos índios quanto o ponto de vista dos índios sobre a cultura europeia.

QUESTÕES

1. EXPLIQUE A IDEIA DE KARL MARX, NA FILOSOFIA CONTEMPORÂNEA
2. EXPLÍCITE O QUE ARISTÓTELES DEFENDIA NA QUESTÃO DO SER HUMANO.
3. EXPLIQUE O QUE É CULTURA DE ACORDO COM O TEXTO CULTURA E SOCIEDADE.
4. DISCORRA O QUE SIGNIFICA A ESTRUTURA PLATÔNICA?
5. QUAL É A SUA OPINIÃO SOBRE A FRASE DE HOBBS “O HOMEM É O LOBO DO HOMEM”

• 4ª AULA

HISTÓRIA E FILOSOFIA

A história do ser humano caminha na direção do progresso? Quais são os critérios utilizados para avaliar se a humanidade está progredindo ou regredindo? Ao longo do tempo, a Filosofia e a História exerceram papel fundamental na discussão desses e de outros temas.

O filósofo francês Auguste Comte (1798-1857) é considerado um dos fundadores do movimento positivista. Segundo essa corrente filosófica, o progresso da humanidade depende dos avanços científicos. Assim, as teorias só são válidas se forem fundamentadas cientificamente; aquilo que não puder ser comprovado pelas leis da ciência, como a metafísica, deve ser abandonado e tratado como superstição.

Para fundamentar o progresso da humanidade, o positivismo desenvolveu a lei dos três estados pelos quais o homem passaria ao longo da vida:

- **1º estado – Teológico:** É a época em que o homem explica a realidade usando entidades sobrenaturais e, para tanto, reina a imaginação no lugar da razão. É chamado de período teológico, pois trata do momento em que o homem busca o absoluto, tentando responder às perguntas “De onde venho?”, “Para onde vou?”.
- **2º estado – Metafísico:** É o período em que as explicações sobrenaturais ganham aspecto mais racional, pois são substituídas por entidades abstratas ou personificadas. Trata-se do estágio intermediário na evolução.
- **3º estado – Positivo:** É o estado em que o homem abandona a necessidade de explicar a causa das coisas e passa a racionalizar a realidade na busca das leis naturais e científicas. Nesse período, o homem tenta descrever como as coisas acontecem, fazer experiências para comprová-las e buscar as relações entre os fenômenos.

Portanto, para o positivismo, a História tem uma evolução linear, em estágios, partindo da capacidade de imaginação do sobrenatural e chegando à complexidade da racionalização da ciência. No Brasil, o positivismo teve uma participação importante no período da proclamação da República, no final do século XIX, como se pode notar no lema da bandeira nacional: ordem e progresso.

Outro filósofo que também pensou o sentido da História foi Friedrich Hegel, a partir do historicismo. Segundo Hegel, o homem não podia mais ser considerado como algo imutável, fixo, com uma natureza determinada, pois ele se constituía historicamente. A essência humana consistia justamente na transformação de si mesma na História. O que fundamentou a tese hegeliana da transformação histórica do homem foi a relação entre o sujeito e o objeto. O sujeito da História projeta nos fatos a sua interpretação e, ao mesmo tempo, a sociedade está em movimento e cria a si mesma. Por isso, Hegel define o espírito da História como a “subjetividade objetiva”.



A bandeira nacional brasileira estampa o lema positivista, extraído da ideia do amor princípio, a ordem por base e o progresso por

Materialismo histórico

Karl Marx e Friedrich Engels elaboraram o conceito de materialismo histórico. De um modo geral, tratou-se de compreender a estrutura econômica da sociedade cuja função é produzir materialmente a vida social da superestrutura. A estrutura é formada pelas relações de produção, e a superestrutura, que se ergue apoiada nessa base material, é o aparelho jurídico e político. No entanto, as relações de produção são determinadas pelo estágio de desenvolvimento das forças produtivas de uma sociedade.

Quando surgem novas forças produtivas, pode haver um conflito com aquelas já existentes que passam a fazer resistência ao crescimento, gerando uma contradição e até uma revolução social. Segundo Marx, o modo de produção burguês era uma formação econômica que se baseava no antagonismo de classes e que superava outras formações econômicas anteriores, como o feudalismo. Por isso, o modo de produção é histórico e determina a consciência dos homens que participaram dessa época. Logo, a determinação histórica seria material, porque eram as relações materiais de produção que definiriam o pensamento e as ideias.

Walter Benjamin (1892-1940), filósofo alemão pertencente ao grupo da Escola de Frankfurt, foi influenciado pelo materialismo histórico, mas também pelo idealismo de Hegel. Assim, sua proposta consistiu em "escovar a História a contrapelo", isto é, pensar a história do modo contrário ao que era naturalmente feito até então. Isso significava, para Benjamin, contar a história dos vencidos, ou seja, daqueles que perderam a luta de classes.

QUESTÕES

1. EXPLIQUE O TERMO POSITIVISMO DE AUGUSTE COMTE.
2. CITE AS LEIS DOS ESTADOS DO POSITIVISMO.
3. DISCORRA O TERMO MATERIALISMO HISTÓRICO.
4. QUAIS SÃO AS DIFERENÇAS E SEMELHANÇAS DA HISTÓRIA E FILOSOFIA?
5. O QUE SIGNIFICA MATERIALISMO HISTÓRICO, NA VISÃO DE KARL MARX E FRIEDRICH ENGELS?

FILOSOFIA

• 5º AULA

Antes do começo

Antes do começo, o que existia? O nada? Como pensar sobre o nada sem supor a existência de algo? O nada faz sentido por si só? Ou ele precisa de seu oposto – o tudo – para ter significado? Não seria, talvez, melhor pensar em espaço e ausência de espaço, o vazio? Mas, se no início existia apenas o vazio, de onde então surgiram o cosmo, a matéria, o espaço no qual ela se move e cria formas complexas, algumas até vivas? Como algo material pode surgir do nada, que por definição é imaterial?

Perguntas como essas vêm assombrando e inspirando a humanidade desde os seus primórdios. A resposta mais popular lança mão da fé: no Ocidente, foi um Criador que fez tudo a partir do nada. Mas essa é apenas uma versão. Existem muitas, espalhadas pelo mundo e pelo tempo. Para o povo maori, da Nova Zelândia, o mundo surgiu do nada, sem a ação de nenhum ser sobrenatural, sem que antes existisse qualquer coisa: o cosmo simplesmente surgiu, de repente, produto de uma ânsia abstrata de algo concreto existir.

Tenho certeza de que vários leitores já se perguntaram sobre isso, talvez tenham passado noites ao pé de uma fogueira com os amigos, olhando para o céu repleto de estrelas, tentando entender o porquê disso tudo, do mundo à nossa volta. Por que o mundo? Por que nós? O nada não é muito mais simples?

Surge a ciência, e a secularização da sociedade moderna força uma retomada dessas antigas questões. Mas agora, sob as suas lentes racionais, precisas, quantitativas e verificáveis. O que a ciência tem a dizer sobre essas questões, sobre a criação de todas as coisas? O que ela tem a dizer sobre o porquê de as coisas existirem?

Nada. A ciência não explica o porquê das coisas. Ela explica o como. Na verdade, esse tipo de pergunta, o porquê, não é província do discurso científico. Partículas com cargas elétricas são atraídas umas às outras. Daí entendemos os átomos, a estrutura das moléculas, as reações químicas em que elétrons são trocados entre elementos ou atraídos e repelidos por eles. Por que cargas elétricas opostas se atraem? Não sabemos. Mas entendemos como elas se atraem e, a partir disso, criamos toda uma sociedade movida a eletricidade, tecnologias digitais que dependem de nossa compreensão dos átomos, *lasers* etc.

Por que objetos são atraídos uns aos outros pela força que chamamos de gravidade? Também não sabemos. Mas sabemos descrever como eles se atraem e, a partir disso,

podemos descrever como os planetas giram em torno do Sol, como as estrelas nascem e morrem, como as galáxias são formadas, como o Universo se expande há já 14 bilhões de anos, e cada vez mais rapidamente.

Falando em expansão, voltemos à pergunta inicial. Afinal, se o Universo está em expansão, ele foi menor antes. Melhor dizendo, as distâncias entre os vários objetos que o compõem eram tanto menores quanto mais perto do momento inicial, do tempo zero. Nesse caso, no tempo zero, tudo deveria estar amontoado em um único ponto. É isso? Tudo cabe num ponto? E antes desse tempo zero? O que existia antes do começo?

Essas perguntas são província da ciência. Que alívio. A resposta é, talvez, desencorajadora: não é possível falarmos sobre antes do começo, pois antes do começo o tempo simplesmente não existia. Seria como tentar descobrir o que existe ao norte do polo Norte. Ou quem era você antes de seus pais o conceberem.

Mais sofisticadamente, o conceito de tempo tal como o entendemos em nosso dia a dia, o tique-taque constante e regular do passar das horas, não faz sentido perto da origem do Universo. A física que usa esse tempo uniforme e familiar não funciona nas condições extremas que reinavam nos primórdios cósmicos. A realidade não é descrita por um espaço inerte e por um tempo regular, fluindo como um rio. Tanto espaço quanto tempo flutuavam caoticamente: o espaço deformado em todas as direções e, em cada ponto, um tempo diverso. Não existia um "antes" antes do próprio tempo – como o entendemos – existir.

Tinha razão Santo Agostinho, quando disse que o tempo veio com a Criação. Mas e a Criação, de onde veio? De uma flutuação quântica no Universo primordial, diz a cosmologia moderna. Do desejo inerente de algo existir, dizem os maoris. Sob a ótica da História, a pergunta é mais importante do que a resposta.

QUESTÕES

- 1- NA DISPUTA ENTRE FÉ E RAZÃO, QUEM VOCÊ ACHA QUE TÊM MAIS FORÇA? JUSTIFIQUE OS EXEMPLOS HISTÓRICOS.
- 2- VOCÊ ACHA QUE A FÉ E RAZÃO PODEM COEXISTIR HARMONICAMENTE? COMO SERIA ISSO?
- 3- COMO VOCÊ EXPLICA O QUE EXPLICA ANTES DO COMEÇO?
- 4- VOCÊ CONCORDA COM O AUTOR DO ARTIGO QUANDO ELE DIZ QUE AS PERGUNTAS PODEM SER MAIS IMPORTANTES DO QUE AS RESPOSTAS? JUSTIFIQUE.